
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 28 No. 2 2015

ARTIGO

ARQUEOLOGIA COMO CAPITALISMO DO DESASTRE

Rich Hutchings*, Marina La Salle**

RESUMO

A arqueologia é uma forma de capitalismo do desastre, caracterizado por gestores especializados cuja função é a “liberação” da herança indígena da paisagem, abrindo o caminho para o desenvolvimento econômico. Quando confrontados com esta crítica, os arqueólogos respondem de maneira forte e emocional, negando e defendendo a indústria da arqueologia comercial. Sua fúria provém e gira em torno da ideia de que os arqueólogos não são apenas cúmplices, mas tomam parte da destruição do mesmo patrimônio que clamam proteger. No que acreditamos ser um ato de autopreservação filosófica e econômica, a maioria dos arqueólogos propositalmente “esquece” a relação entre arqueologia, violência e a crise do patrimônio global. Seguramente defendida por seus praticantes, a arqueologia permanece por este motivo uma força imperial, fundada na ideologia do crescimento, desenvolvimento e progresso.

Palavras-chave: complacência arqueológica, política neoliberal, capitalismo do desastre, liberação de paisagens, violência tardia.

ABSTRACT

Archaeology is a form of disaster capitalism, characterized by specialist managers whose function is the “clearance” of Indigenous heritage from the landscape, making way for economic development. When presented with this critique, archaeologists respond strongly and emotionally, denying and defending the commercial archaeology industry. Their anger emanates from and revolves around the assertion that archaeologists are not just complicit in but integral to the destruction of the very heritage they claim to protect. In what we believe is an act of philosophical and economic self-preservation, mainstream archaeologists actively “forget” the relationship between archaeology, violence and the global heritage crisis. Securely defended by its practitioners, archaeology therefore remains an imperial force grounded in the ideology of growth, development and progress.

Keywords: compliance archaeology, neoliberal statecraft, disaster capitalism, landscapes of clearance, slow violence.

* Departamento de Anthropologia, Vancouver Island University e Institute for Critical Heritage and Tourism, British Columbia, Canada. E-mail: richard.hutchings@viu.ca

** Departamento de Anthropologia, Vancouver Island University e Institute for Critical Heritage and Tourism, British Columbia, Canada. E-mail: marina.lasalle@viu.ca

INTRODUÇÃO: O NEGÓCIO DA ARQUEOLOGIA

O negócio da arqueologia é o presente.

Olivier (2013)

Se o negócio da arqueologia é o presente, o presente também é o negócio do Estado e do capitalismo moderno tardio. Neste ensaio desconstruímos as relações entre três eventos diretamente relacionados com projetos de “desvelar” a arqueologia (GNECCO & DIAS, neste volume). Os três eventos que nos interessam são: 1) a publicação do artigo *Commercial Archaeology in British Columbia* (LA SALLE & HUTCHINGS, 2012); 2) o anúncio do Intercongresso da WAC em Porto Alegre em 2013 (GNECCO & DIAS, 2013); e 3) nossa participação no Congresso Anual da Associação de Arqueologia do Canadá em 2013 (HUTCHINGS, 2013; LA SALLE, 2014). O que os três eventos têm em comum, além de nossa participação, é a sua relação com o negócio da arqueologia. Para analisar as reações a estes três eventos empregamos o esquema de classificação desenvolvido por Paul Graham (2008), ilustrado na figura 1.

Figura 1 - A "hierarquia de desacordo" de Paul Graham que ilustra o significado de diferentes tipos de respostas, que vão desde as injuriosas (abaixo) até a refutação do ponto central de um argumento (acima). Só os três primeiros de cima constituem contra-argumento e refutação. Fonte: Graham (2008) e Rocket (2008).



A "hierarquia do desacordo" de Graham é piramidal e ilustra que a maioria dos desacordos cai dentro das categorias inferiores, pois são mais fáceis de formular e são respostas emocionais – “para verdadeiramente refutar algo se requer refutar seu ponto central ou, ao menos, um deles. Isto significa que se deve comprometer, explicitamente, com o que é o ponto central” (GRAHAM, 2008). A hierarquia de Graham é útil uma vez que o tema da influência do capitalismo na sociedade contemporânea pode ser psicologicamente inquietante e o debate, em geral, torna-se emocional e pessoal. É essencial entender a razão de ser destas emoções, pois abarcam a “cultura” da arqueologia (KAHAN *et. al.*, 2011; SHANKS & TILLEY, 1987). A disciplina/prática do gerenciamento de recursos arqueológicos/culturais (CRM) pode ser “desvelada” através de um exame das respostas a suas críticas.

Nossa análise da prática arqueológica contemporânea a situa como uma arte do governo neoliberal. A compreensão do papel dos arqueólogos nesta estrutura requer pensar e falar sobre a arqueologia em termos de ideologia, burocracia e capitalismo moderno tardio, ou seja, globalização e neoliberalismo. A arqueologia representa uma forma de capitalismo do desastre que se caracteriza pelo despojo e pela violência, uma dura realidade que é ativamente “esquecida” na cultura da arqueologia.

TRÊS INTERCÂMBIOS

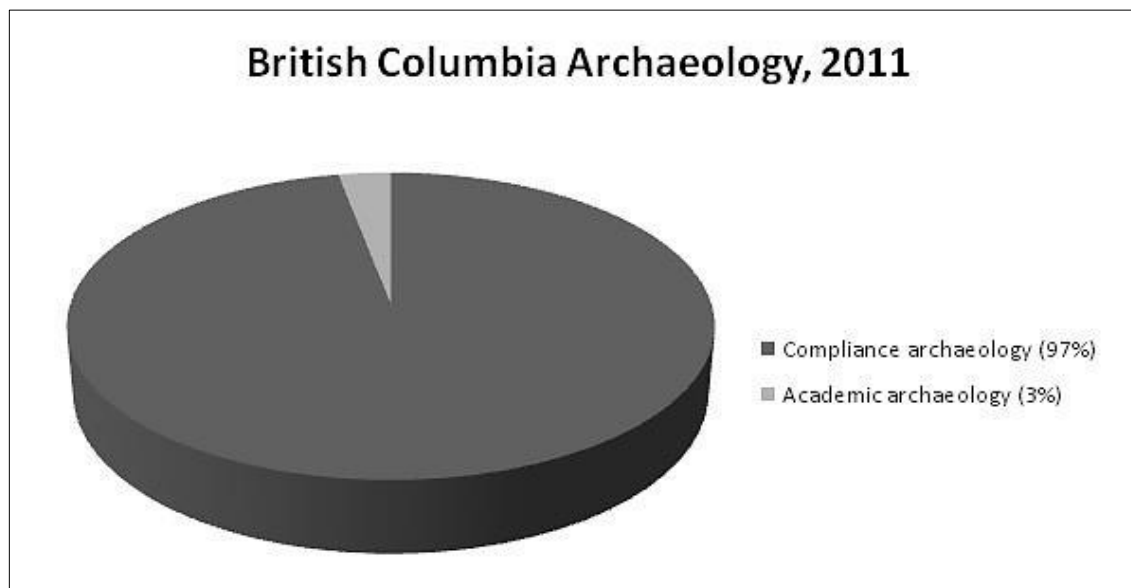
O primeiro intercâmbio: arqueologia comercial na Columbia Britânica

Em comparação com os artigos acadêmicos, livros e congressos que divulgam projetos arqueológicos, pouco se têm escrito sobre o lado comercial da prática.

La Salle & Hutchings (2012)

Nosso estudo sobre o negócio da arqueologia (LA SALLE & HUTCHINGS, 2012) foi motivado pela observação de que a arqueologia de contrato – conhecida como CRM (*Cultural resource management*) no mundo falante de língua inglesa – representa a maioria do trabalho de campo arqueológico onde vivemos, porém, comparativamente, pouco se publica sobre o tema. Usando informação publicada pela Secretaria de Arqueologia da Columbia Britânica (Canadá) encontramos um aumento de 3000% nas autorizações governamentais de pesquisa emitidos entre 1960 e 2011, o que sugere que o negócio está no auge, especialmente para setores industriais fundamentais para a economia de extração de recursos da província: silvicultura, petróleo, gás e energia. Calculamos que 97% da arqueologia empreendida na Columbia Britânica é comercial (figura 2).

Figura 2 - Praticamente toda a arqueologia é arqueologia de cumprimento, pelo menos como foi medida em 2011 na Columbia Britânica, Canadá. Fonte: La Salle & Hutchings (2012:10).



Apesar disto, poucas instituições educativas locais contemplam a arqueologia de contrato em seus currículos o que faz com que os arqueólogos que trabalham no setor recebam pouco treinamento durante sua formação para serem gerentes patrimoniais. O que os estudantes aprendem no lugar disto é que este 97% é problemático, como discutimos em outro lugar (HUTCHINGS & LA SALLE, 2014). Os arqueólogos frequentemente assinam acordos de confidencialidade com as corporações e empresários para os quais trabalham o que limita a sua capacidade de divulgação das pesquisas feitas. Portanto, há pouca oportunidade para dizer a verdade.

Nossas conclusões desestabilizam quatro tropos convencionais que aprendemos na nossa educação formal em arqueologia: 1) a arqueologia não tem relação com a preservação de sítios e materiais; mas antes facilita a destruição de paisagens patrimoniais; 2) a arqueologia não é levada a cabo em nome da investigação para conhecer o passado, mas para cumprir com obrigações legais e regulamentadoras no presente; 3) os arqueólogos não têm responsabilidade de disseminar seus resultados, exceto aos seus clientes e ao governo; e 4) a arqueologia não se realiza pelo bem comum, mas é uma empresa privada com sede de lucro.

Resposta:

Ainda que nossa crítica à arqueologia de contrato tenha se centrado nas grandes corporações, a única resposta escrita proveio de quatro arqueólogos contratados por uma empresa de consultoria indígena – representando a consternante minoria dos arqueólogos da Província. Natasha Lyons *et al.* (2012:6-7) criticaram “o tom” de nosso artigo como “injuriante e desdenhoso”, “desnecessariamente controverso” e carente de “soluções”. Contrastaram a “natureza densa e complexa” da política e da arqueologia de contrato com o que consideraram um academicismo elevado em nossos currículos, de tal maneira

que “parece que estamos sobre um pedestal e criticamos de cima no lugar de entrar na luta”. Assinalaram que em vez de indústria, os povos indígenas da Columbia Britânica tem sido “o motor mais importante na trajetória histórica da arqueologia de contrato” e seguem tendo “uma influencia considerável sobre sua prática”.

Os autores consideraram que retratamos aos arqueólogos de contrato como “um grupo de adoradores do dinheiro, eticamente questionáveis e de baixo rendimento, incapazes de obter trabalhos acadêmicos”. No lugar de uma “comunidade [que] intencionalmente vende recursos por dinheiro” eles responderam que quem faz contrato “geralmente são tipos que atuam de maneira ética e com mentalidade profissional e estão comprometidos com o interesse superior dos recursos arqueológicos” e só “ganham um salário sólido de classe média”. Concluíram, mudando de assunto:

“(…) mesmo que não possamos mudar o funcionamento mais amplo deste macro entorno, temos condições de examinar a(s) estrutura(s) de nosso ambiente e relações de trabalho para gerar observações, críticas, discussão e debate. No lugar de perguntar quem está fazendo dinheiro, sugerimos estabelecer mais alto nossa mira e perguntar como nós, como coletivo, poderíamos trabalhar juntos de uma melhor maneira para manejar os recursos arqueológicos que ainda existem na Colúmbia Britânica”.

Análise dos argumentos:

Com referência à hierarquia de Graham (figura 1), Lyons *et al.* (2012) basearam-se nas seguintes formas de argumentação:

Ad hominen:

-Descartar o argumento porque não somos arqueólogos de contrato que *trabalham na Província e/ou julgamos desde um “pedestal” acadêmico.*

- Não desacredita os argumentos ou a evidência usada para sustentá-los. E mais, a experiência de contrato de Hutchings nos Estados Unidos foi ignorada.

Resposta ao tom:

- O “tom”, descrito como “injuriante e desdenhoso”, foi o principal assunto que Lyons *et al.* (2012:6) atacaram no artigo.

- O tom — uma qualidade incomensurável e percebida em qualquer artigo — não nega os argumentos ou a evidência.

Contradição/contra-argumento:

- Sugerir que os povos indígenas tem sido o motor principal da arqueologia de contrato.

- Não se mostrou evidência neste sentido. No entanto, esta afirmação não nega nossa ideia de que o clima econômico da província e a indústria e o desenvolvimento resultantes tem

conduzido a arqueologia e os licenciamentos emitidos. Este contra-argumento, portanto, está dirigido a um tema diferente.

Refutação:

- Contra-ataca dizendo que os arqueólogos só obtêm um “modesto salário de classe média”.
- Esta refutação não corresponde a nenhuma afirmação feita em nosso artigo e está dirigida a um assunto diferente. A “modéstia” deste salário em comparação com as médias nacionais, no entanto, será discutida mais adiante.

Resumindo, Lyons *et al.* (2012) não abordaram nossos pontos centrais. Contudo, esta análise dos seus argumentos deixa claras as motivações e emoções que provocaram sua resposta: *os autores entenderam nossa crítica da estrutura da arqueologia e da corporatização como uma crítica às pessoas empregadas nessa estrutura.* Ao perceber um ataque aos arqueólogos comerciais como “adoradores do dinheiro” e “eticamente questionáveis” os autores contra-atacaram, humanizando-os como “tipos com mentalidade profissional”.

Também minimizaram a relevância e a quantidade de dinheiro em jogo. O desejo de ignorar os aspectos econômicos em favor de discussões “superiores” sobre ética indica mal estar com a natureza da arqueologia sob o capitalismo. Também dá a sensação de que estas estruturas estão fora de “nosso controle” e são, portanto, inevitáveis. Como os autores expressam o papel das pessoas dentro deste sistema é, pois, “trabalhar juntos de uma maneira melhor” para tratar de “evitar ‘morder a mão que nos alimenta’” (LYONS *et al.* 2012:7-8).

No ano seguinte o arqueólogo da Columbia Britânica Robert Muckle (2013a) resenhou nosso artigo no *Anthropology News* da *American Anthropological Association*, falando da ética de conservação promovida na arqueologia e os “potenciais conflitos de interesse” dos arqueólogos que “trabalham para as grandes corporações que estão orientadas para o desenvolvimento”. Apesar de sua resenha ter sido “compartilhada” digitalmente mais de 500 vezes, nenhum comentário foi postado em resposta.

Segundo intercâmbio: desvelando a arqueologia de contrato

A relação entre a arqueologia e a expansão capitalista aparece como uma instrumentalidade inocente, como um mero serviço técnico.

Gnecco & Dias (2013)

Em abril de 2013 foi anunciado o Intercongresso da WAC sobre arqueologia comercial ou de contrato (GNECCO & DIAS, 2013). O anúncio iniciou com uma descrição da arqueologia de contrato como “a forma como a disciplina se articula com a expansão capitalista, sacrificando sua postura crítica” e sugeriu que os arqueólogos que trabalham para este crescente mercado “tem abandonado qualquer possível intervenção nos assuntos contemporâneos para dançar ao ritmo do dinheiro”. As preocupações incluíam as mudanças de currículos para beneficiar esse mercado, trabalhar pela justiça social enquanto se

estava em cumplicidade com os mandatos do mercado, a mercantilização da administração do patrimônio e a influência do capitalismo nas filosofias arqueológicas.

Respostas

As respostas ao anúncio na lista de e-mails da WAC foram imediatas. As pessoas descreveram “o tom” como “hiperbólico”, “muito carregado emocionalmente”, “preconceituoso”, “desequilibrado” e carente de uma “forma profissional”. Escreveram que retratava “complacência”, “elitismo” e “uma agenda egoísta”. Alguns pensaram que era “ofensivo”, “acusatório” e que “punha em dúvida a ética da maioria dos arqueólogos praticantes”, colocando-os em uma “luz provocadoramente negativa”; uma pessoa taxou o anúncio de “xenófobo”.

Outros sugeriram que a arqueologia de contrato não está se “vendendo”, tendo sido utilizada para “ampliar a investigação e a educação”; ademais, enfatizaram que o capitalismo também produz “bens” sociais. Uma pessoa escreveu: “Corrupto ou não, o sistema é o que é; não há necessidade de que o julgemos de uma maneira ou outra”. Respondemos a esta torrente com nosso breve ensaio *Five Thoughts on Commercial Archaeology* (HUTCHINGS & LA SALLE, 2013).

Muitos outros felicitaram aos organizadores do simpósio por confrontar um tema sensível e oportuno e destacaram as experiências negativas dos povos indígenas com a arqueologia, a falta generalizada de consulta prévia e a pressão dos empresários para “fazer o trabalho.” As pessoas mencionaram que os arqueólogos acadêmicos e de contrato acolhem “uma poderosa falta de moral e ética”. Uns poucos lamentaram as restrições na “política” como a força principal que “regula” a prática arqueológica.

Uns cinquenta e-mails circularam pela lista da WAC. Contudo, não houve acordo sobre qual era o problema ou sobre como fazer melhor as coisas.

Análises dos argumentos

As emoções estavam exaltadas depois da circulação pela rede do anúncio do Intercongresso e as respostas ilustraram a maneira pessoal como os arqueólogos sentiram sua crítica. Os comentários caíram em duas categorias:

Ad hominem:

-Rechaçar o anúncio porque seus autores não são arqueólogos de contrato e/ou julgam a partir de uma posição de “elite” (ou seja, de um “pedestal” acadêmico).

- A posição acadêmica dos autores não desacredita, inerentemente, as colocações feitas no anúncio.

Resposta ao tom:

-Descrito como “ofensivo”, “acusatório”, “negativo” e “não profissional”.

- O tom não nega a validade das afirmações feitas no anúncio e tem relação, além disso, com a maneira como se sentem as pessoas depois de haver lido.

Estas respostas fazem eco as que tiveram nosso artigo de 2012. Central a ambos foi a reação emocional desconcertante frente ao que as pessoas sentiram que estava sendo dito: que as motivações dos arqueólogos comerciais estão motivadas “por fins lucrativos” e não são éticas. Desta forma, a crítica à estrutura se torna personalizada.

Como resultado as pessoas sentiram que o anúncio e seus autores eram “pouco profissionais”, recordando a defesa que Lyons *et al.* (2012) fizeram dos arqueólogos de contrato como “tipos com mentalidade profissional”. A afirmação de profissionalismo apela à autoridade e moral da classe média educada e infere um conjunto de valores conservadores inter-relacionados, entre eles evitar a confrontação, buscar posições equilibradas e evitar posições políticas abertas. A arqueologia como “profissão” participa destes valores de grupo (TRIGGER, 1989), expressados sucintamente por uma pessoa que sentiu que “corrupto ou não, o sistema é o que é; não há necessidade de que o julgemos desta maneira”. De maneira similar ao expresso por Lyons *et al.* (2012:7), a ênfase foi posta na busca de soluções que funcionem dentro do capitalismo.

Terceiro intercâmbio: Associação Arqueológica do Canadá

Para onde foi a Lei de Conservação do Patrimônio?

Yellowhorn (2013)

Quando o debate na lista de e-mails da WAC terminou, assistimos ao Congresso da Associação Arqueológica do Canadá de 2013, celebrado em Whistler, Columbia Britânica — sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010. Embora tenhamos apresentado trabalhos em simpósios diferentes, cada um de nós abordou a relação entre colonialismo, capitalismo e arqueologia, provocando respostas variadas.

O Simpósio

Na sessão intitulada “Para onde foi a Lei de Conservação do Patrimônio? Renovação ou funeral?”, participaram indígenas que falaram contra a destruição acelerada de seu patrimônio. Os painelistas falaram apaixonadamente sobre as táticas do governo para “apagar a cultura” mediante a “destruição de nosso patrimônio” e enfatizaram que os “lugares não podem ser substituídos” e o que estava em jogo era a “preservação de um modo de vida”. Pediram ajuda aos arqueólogos para “deter o desenvolvimento”. Como comentarista da sessão, Hutchings (2013) argumentou que, desde suas origens até sua prática atual (MCNIVEN & RUSSELL, 2005; SMITH, 2004), a arqueologia é um projeto colonialista, impulsionado firmemente pelo capitalismo para produzir

narrativas elitistas e racistas a favor do crescimento, do desenvolvimento e do progresso.

Resposta

A resposta do público a fala de Hutchings foi mínima, com uma exceção. Um conhecido professor de arqueologia desafiou Hutchings por "meter-se com os arqueólogos", destacando que as questões colocadas têm sido discutidas "durante décadas", que era "uma notícia velha". Ao fazer referência ao desenvolvimento empreendido em Whistler para os Jogos Olímpicos de Inverno de 2010 sugeriu que as comunidades indígenas locais tinham se beneficiado com a construção de um novo centro cultural.

Depois da sessão duas pessoas abordaram Hutchings, oferecendo apoio e manifestaram sua frustração pela falta de um diálogo significativo. O salão ficou vazio depois de somente um par de perguntas: o silêncio foi a resposta principal.

Arqueologia voltada à comunidade

La Salle (2014) expandiu os argumentos expostos em um trabalho publicado anteriormente (LA SALLE, 2010) para argumentar que a colaboração na arqueologia é ideológica e que é utilizada para conotar amizade, cooperação, igualdade e ética; porém, seu "êxito" define-se como acumulação e aumento do capital. As desigualdades entre os arqueólogos e as comunidades que colaboram seguem existindo e a colaboração é, em última instância, um compromisso — uma "bugiganga de troca" para assegurar a continuidade do projeto arqueológico com a mínima objeção dos povos indígenas. La Salle concluiu: "Os arqueólogos, da mesma forma que a Secretaria de Arqueologia, têm o poder de deter a máquina do desenvolvimento que é responsável da destruição destes lugares significativos. É simples: é só deixar de escavar!"

Resposta

O comentarista da sessão, George Nicholas, destacou que a crítica de La Salle era "importante" e acrescentou que a questão da proteção do patrimônio era um "assunto urgente". Depois do Congresso, Muckle (2013b) publicou uma resenha da apresentação de La Salle, perguntando se os arqueólogos que fazem pesquisa colaborativa "estão motivados, necessariamente, por fatores pessoais, profissionais e econômicos" e sugeriu que "só deixar de escavar é um pouco forte e mais que arriscado". Muckle explicou:

“Se bem que possa ser bom pensar que muitos arqueólogos colaboram com os povos indígenas, devemos dar-nos conta que esta ideologia não é compartilhada por todos na profissão. A arqueologia na América do Norte é uma indústria que movimenta mais de um bilhão de dólares ao ano. Sinceramente, duvido que um número significativo de arqueólogos ponha em perigo suas carreiras, como La Salle indica, só deixando de escavar”.

Embora este artigo tenha sido visto centenas de vezes na internet, ninguém o comentou.

Análise dos argumentos

Em conjunto, estes artigos sugerem que a arqueologia constitui uma violência social responsável pela destruição do patrimônio, apesar de “alveja-la” (KING, 2009) como uma prática ética preocupada com o bem estar das comunidades descendentes. Por isto é surpreendente a falta de resposta. Estas são críticas graves que golpeavam os ideais e a prática da disciplina, acadêmica e de consultoria da mesma forma — contudo, o silêncio é avassalador.

Os que responderam publicamente ofereceram poucos “argumentos”, caindo nas seguintes categorias:

Resposta ao tom

-Hutchings: descrito por “meter-se com os arqueólogos”.

- Transmite mal-estar com o tema no lugar de um argumento em contrário.

Contradição

-La Salle: sugerindo que os arqueólogos não estão “motivados por fatores pessoais, profissionais e econômicos”.

- Não se busca evidencia para apoiar esta afirmação; pelo contrário, Muckle sugere que os arqueólogos “porão em perigo suas carreiras” se ajudarem aos povos indígenas.

Contra-argumento

-Hutchings: sugerindo que os povos indígenas se beneficiaram do desenvolvimento.

- Isto não nega o impacto do desenvolvimento sobre os sítios patrimoniais ou o papel da arqueologia em permiti-lo; este é um contra-argumento dirigido a outro assunto.

Estas transações transmitem um profundo mal-estar com o papel da arqueologia na alienação de terras e recursos, historicamente e na atualidade. Neste Congresso nacional só houveram pouco simpósios dedicados à arqueologia de contrato; quase todos eram “acadêmicos”. Neste sentido, estiveram ausentes 97% da arqueologia que se realiza na Província da Columbia Britânica; ou melhor, a disciplina esteve representada só por 3%. É significativo que, em grande parte, estes 3% não estejam envolvidos com (nem interessados em) arqueologia comercial.

DESVELANDO AS RESPOSTAS

As pessoas convencionais ficam furiosas quando alguém se afasta do convencional, sobretudo porque consideram que esse afastamento às critica.

Russell (1930)

Fariamos bem em lembrar que a preservação do patrimônio e a representação do passado são processos que apagam o passado da mesma maneira que faz a guerra, o saque e o desenvolvimento.

Arnold (2014)

Nossos três intercâmbios representam modos típicos de ação entre os arqueólogos: escrever um artigo para uma revista, enviar um e-mail e fazer uma apresentação em um congresso. O tema em cada intercâmbio era parecido e os pontos em comum nas respostas indicam um padrão:

1. As pessoas sentem que os arqueólogos comerciais, de contrato ou que fazem gerenciamento de recursos patrimoniais estão sendo atacados e julgados como pouco éticos, motivados pelo lucro e “inferiores” a seus contrapartes acadêmicos - Isto produz uma onda de ira que impulsiona respostas “viscerais” imediatas à crítica.
2. As pessoas sugerem que o capitalismo é inevitável: não podemos mudá-lo e não devemos julgá-lo – de fato, devemos ignorar “o dinheiro” e falar sobre como “trabalhar melhor” inserido nele e ser “profissionais” – Isto situa o capitalismo fora do controle dos arqueólogos e racionaliza a prática da arqueologia de contrato.
3. As pessoas argumentam que a arqueologia comercial é realmente benéfica, tanto para a arqueologia e a ciência como para os povos indígenas que estão se beneficiando dela e, em muitos aspectos estão impulsionando a indústria – Isto justifica a arqueologia de contrato como uma prática eticamente responsável.

Estas respostas são defensivas: protegem aos arqueólogos e sua prática apontando em outras direções para racionalizar e justificar sua cumplicidade com o que se considera prejudicial. Nestas respostas é central a personalização da crítica (HUTCHINGS & LA SALLE, 2013:2).

Estas reações têm sido analisadas em termos de cognição cultural com referencia “à tendência dos indivíduos a formar percepções de risco que são valores agradáveis” (KAHAN *et al.* 2011). Em resumo, as pessoas tendem a adotar crenças comuns a seu grupo (ou profissão). O bem estar individual está ligado ao pertencimento ao grupo, através do qual se gera status e autoestima. Desafios às crenças do grupo, portanto, mina o bem estar de seus membros e ameaça com perda pessoal. Em defesa própria as pessoas estão de acordo com argumentos que reforçam suas crenças e descartam os que as contradizem porque tem um “tom negativo”, especialmente quando se originam fora do grupo.

Esta dinâmica está ilustrada na natureza das respostas as críticas da arqueologia sob o capitalismo. Em geral, os arqueólogos permanecem em silêncio quando se trata do tema capitalismo. Este silêncio pode ser visto como uma forma de esquecimento ou “amnésia” – por parte dos arqueólogos acadêmicos e de contrato – de elementos da disciplina que se consideram desfavoráveis. Nesta dinâmica as observações que (re)afirmam os ideais da arqueologia, salvar ou proteger o passado, reforçam as crenças do grupo e, portanto, são aceitas sem dúvidas. Não acontece o mesmo com as críticas ao dinheiro e ao poder.

A (re)produção desta cultura é visível em como as pessoas articulam a estrutura (por exemplo, como algo inevitável e imutável) e seu papel dentro dela (por exemplo, como tratam de fazer o melhor que podem). Enquanto que as pessoas parecem sentir que não tem controle para realizar a mudança, a relação entre as estruturas e os agentes é recursiva e dialética. Para entender como esta dinâmica se desenvolve na sociedade em geral o resto deste artigo situa a arqueologia em seus contextos sociais, políticos e econômicos mais amplos.

A ARQUEOLOGIA COMO CAPITALISMO DO DESASTRE

A concessão de permissões para construir fábricas ou outras estruturas em lugares onde se encontra os sítios [do patrimônio indígena] (...) deve estar subordinada a que as partes interessadas aportem fundos para a investigação de tais sítios antes que se comece a construção. Não podemos evitar a expansão urbana e o desenvolvimento industrial, porém através de uma legislação inteligente se pode passar de uma maldição à uma benção para a arqueologia.

Borden (1950)

Eu chamo capitalismo do desastre a estes ataques orquestrados na esfera pública na esteira de eventos catastróficos, que combinam o tratamento dos desastres como oportunidades emocionantes de mercado.

Klein (2007)

Naomi Klein cunhou o termo “capitalismo do desastre” para definir quando se “faz dinheiro da miséria”. O conceito é a peça central de seu influente livro de 2007 “A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo do desastre” [*Shock doctrine: the rise of disaster capitalism*] que examina os “estados corporativistas” e seus “desastres capitalistas”. O enfoque de Klein sobre o neoliberalismo tem relevância direta para a arqueologia contemporânea; isto se demonstra na noção do desenvolvimento econômico como uma “benção” para a profissão, de acordo com os comentários de Charles Borden.

Borden (1905-1978), reconhecido como o “pai” da arqueologia da Colúmbia Britânica, é um nexos histórico no relato de origem (CARLSON, 1979; MATSON & COUPLAND, 1995) ou “invenção” (HOBSBAWM, 1992) da arqueologia canadense. O historiador Robert West (1995:ii) sugeriu que “os arqueólogos profissionais controlam, firmemente, a pré-história da Colúmbia

Britânica" devido aos esforços que fez Borden no pós-guerra para profissionalizar a disciplina:

“No contexto de destruição dos sítios arqueológicos, durante a década de 1950, Borden foi capaz de atrair para sua causa muitos habitantes da Colúmbia Britânica, incluindo funcionários provinciais (...), arqueólogos aficionados e aborígenes que careciam dos meios para criar as poderosas alianças de Borden e, portanto, os aficionados e os nativos foram incapazes de oferecer uma alternativa conveniente a sua autoridade”.

Portanto, os que não são arqueólogos devem “depositar sua fé” nos especialistas e “assumir que o conhecimento é verídico e válido” (WEST, 1995: ii). A profissionalização e a privatização da arqueologia têm, pois, uma importância fundamental especialmente para os povos indígenas devido a sua relação com o desenvolvimento e seu papel na regulamentação do acesso aos recursos (BODLEY, 2008; MANDER & TAULI-CORPUZ, 2006). A ideia de que os arqueólogos se beneficiam da crise da modernidade (industrialização, corporativismo, [sub]urbanização, globalização, neoliberalismo, etc.) se estende muito mais além da Colúmbia Britânica a meados do século XX. Atualmente, esta sensibilidade é evidente na ideia de que o “aquecimento global” está demonstrando ser uma espécie de benção para a arqueologia (DOYLE, 2013): “É preocupante que os glaciais estão derretendo, porém é emocionante para nós arqueólogos... isto é só o começo”.

Outro exemplo do capitalismo do desastre na arqueologia está na “colaboração com a indústria” (FLEMMING, 2004). Um requisito prévio para este tipo de relações é a quase certeza de que os arqueólogos devem abandonar e/ou ignorar, em última instância, os agudos problemas éticos presentes neste tipo de uniões (FLATMAN, 2007, 2012). Segundo Joseph Schuldenrein (2013) as pressões para “colaborar” (ou seja, tornar-se corporativa) vem-se agravadas por crises maiores de financiamento:

“Porém, este declínio é quase inversamente proporcional à função ampliada da arqueologia aplicada e a aceleração concomitante da influência do setor privado (...). Na arqueologia atual, os maiores orçamentos e as tecnologias de pesquisa mais avançadas são proporcionados pela construção de gasodutos. Os esforços colaborativos entre os engenheiros do petróleo e gás e os profissionais de CRM traduzem-se em saltos quantitativos na descoberta e entendimento do registro arqueológico”.

Schuldenrein descreve a privatização crescente que a extração do petróleo e do gás – a causa última do derretimento dos glaciais – tem sido uma benção para a profissão, o que resulta em saltos para frente na ciência do passado.

Hoje em dia a arqueologia é uma indústria. A *American Cultural Resources Association* relatou que em 2012 havia, aproximadamente, 1300 empresas de arqueologia de contrato nos Estados Unidos que empregavam umas 10.000 pessoas e geravam um bilhão de dólares em movimentação financeira (ACRA, 2013:2). Na Colúmbia Britânica os salários dos arqueólogos de contrato estão entre 25 e 40 dólares canadenses por hora, entre 2.5 e 4 vezes mais que o atual salário mínimo provincial. Os professores de arqueologia na província ganham

entre 110.000 e 115.000 dólares canadenses por ano, aproximadamente 4 vezes mais que o salário médio da maioria dos canadenses e quase 6 vezes mais que o salário médio da população aborígine (LA SALLE, 2014). Portanto, existe uma enorme disparidade de salários entre os arqueólogos (acadêmicos e de contrato) e a população em geral, assim como com respeito às comunidades indígenas cujo patrimônio está sendo lentamente desmantelado.

A arqueologia é, de fato, um grande negócio que depende da extração de recursos e do desenvolvimento comercial e residencial para sua subsistência, o que resulta na destruição de paisagens patrimoniais, naturais e culturais, a nível local e global. A arqueologia, portanto, pode ser considerada como uma forma de capitalismo do desastre, uma indústria criada por e ao serviço do Estado neoliberal.

A ARQUEOLOGIA COMO ARTE DO GOVERNO NEOLIBERAL

Os Estados Nação, ou seus partidários, controlam e destinam recursos simbólicos como um médio para legitimar o poder e a autoridade e buscar seus objetivos e ideologias nacionalistas.

Fowler (1987)

Hoje em dia, a maioria das pesquisas de CRM é levada a cabo por negócios privados, tanto para a indústria privada como para os governos federal, estatal e local, para que estas empresas possam cumprir de forma eficaz suas obrigações legais sob a Lei Nacional de Preservação Histórica e as leis e regulamentações relacionadas.

ACRA (2013)

Está bem estabelecido que a arqueologia seja uma forma de arte de governar (TRIGGER, 1989; SMITH, 2004); seus fundamentos capitalistas também têm sido questionados (SHANKS & TILLEY, 1987; HAMILAKIS & DUKE, 2007). Porém, os laços da arqueologia com o neoliberalismo têm sido menos estudados. Uma vez que o neoliberalismo é a chave para entender o capitalismo do desastre propomos que também é a chave para entender a arqueologia.

O neoliberalismo, arraigado no capitalismo e nos princípios do *laissez faire*, refere a um novo acordo político, econômico e social que enfatiza as relações de mercado, a redução dos Estados e da responsabilidade individual (SPRINGER, 2010:1025). Entendido como um projeto hegemônico ideológico, o neoliberalismo defende que os "grupos de elite, organizados em torno de alianças transnacionais de classe, têm a capacidade de projetar e difundir aos demais um programa coerente de interpretações do mundo" (SPRINGER, 2010:1032). As opiniões do geógrafo David Harvey, de grande prestígio por seu trabalho sobre o neoliberalismo, foram resumidas por Simon Springer (2010:1032):

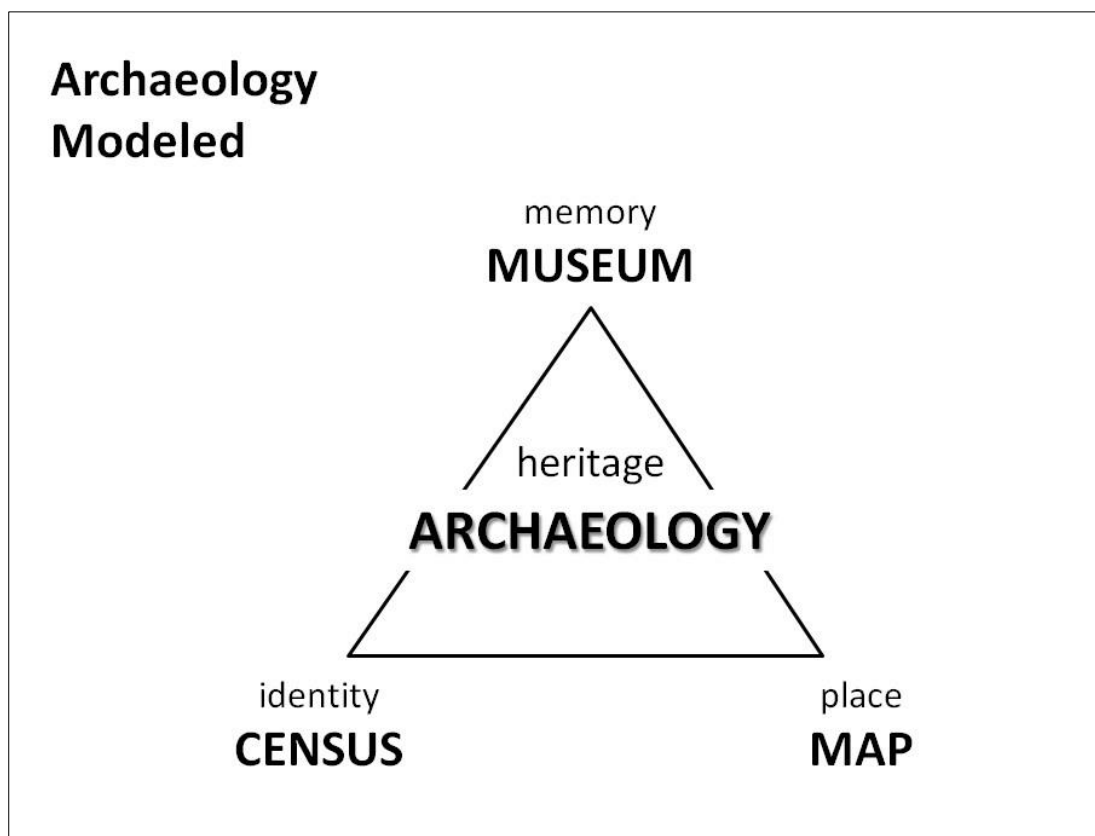
"A principal afirmação de Harvey é que o ganho mais importante do neoliberalismo foi a redistribuição da riqueza entre as elites no lugar da real

geração de novas riquezas. Em outras palavras, o neoliberalismo representa a continuação do que Marx (1867/1976) chamou "acumulação primitiva", que Harvey (2003:145) renomeou como "acumulação por desapropriação" para significar sua contínua relevância no capitalismo contemporâneo como mercantilização e privatização da terra e expulsão forçada das populações camponesas; conversão de diversas formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, estatal, etc.) em direitos de propriedade exclusivos; supressão dos direitos aos bens comuns; mercantilização da força de trabalho e supressão de formas alternativas (indígenas) de produção e consumo; [e] processos coloniais, neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos (incluídos os recursos naturais)".

Além do poder de classe, Springer enfatizou a formação burocrática e a formação política. A primeira representa o neoliberalismo como política e a segunda o neoliberalismo como governamentalidade. Ambos são elementos centrais de nosso novo modelo de a arqueologia, que discutiremos a seguir.

Para entender a relação da arqueologia com o Estado, o capitalismo e o Estado neoliberal, oferecemos um novo modelo da arqueologia (Figura 3). Em certo sentido o modelo é de uma arqueologia "desvelada" e representa a convergência dos "mecanismos de controle estatais" de Benedict Anderson (2006 [1983]) e a visão de Laurajane Smith (2004:11-12) do CRM como mecanismo de governo da identidade cultural indígena.

Figura 3 - Uma nova visão da arqueologia: a convergência dos "mecanismos de controle estatais" de Benedict Anderson e a visão de Laurajane Smith do CRM como mecanismo de governo da identidade cultural indígena.



No Canadá todos os sítios arqueológicos estão codificados por meio do que se conhece como "Sistema Borden". Este designa cada lugar com uma sequência de 4 letras (DcRu) e um número (4), relativos a um código de mapa fixo. Os números Borden foram inventados por Charles E. Borden da Universidade da Colúmbia Britânica em 1954. O Canadá foi dividido em uma grade de unidades principais de mapeamento com uma altura de 2° de latitude e uma largura de 4° de longitude. As coordenadas latitudinais têm letras maiúsculas de A a U de sul ao norte e a longitude se designa com letras maiúsculas de A a V de leste a oeste. Cada unidade principal de 2° x 4° (192 km x 300 km) está subdividida em subunidades de 10' designadas com letras minúsculas de sul ao norte (latitude) e de leste a oeste (longitude). Por exemplo, em DcRu4 as duas primeiras letras indicam que o sítio está em um dos quadrados de 16 km no quadrado latitudinal D; as últimas 2 letras, do mesmo modo, mostram a posição na grade da longitude. O número 4 depois das quatro letras significa que foi o quarto sítio encontrado dentro de uma unidade de 16 km x 16 km.

Desta maneira (atravessada) as paisagens culturais indígenas (Kosapsom) são apropriadas pela ciência (DcRu-4), transformadas em "sítios" e "recursos" arqueológicos genéricos registrados pelo Estado e, portanto, prontos para o mercado. O Sistema Borden — e outros no mundo (nos Estados Unidos, o Trinômio do Smithsonian) — opera através do processo de mudança de nome. Esta é a técnica principal que usa o Estado para colonizar paisagens patrimoniais indígenas e a arqueologia está — *e, portanto, os arqueólogos estão* — diretamente implicada neste processo.

Para Lawrence Berg (2011:13-14) o processo de nomear é um meio para "solidificar, simbólica e materialmente, os processos atuais (e históricos) da acumulação capitalista pela desapropriação". Especificamente, "as formas banais e *inquestionáveis* de nomear ajudam a ocultar as relações sócio-espaciais de desapropriação". Em vista da "desapropriação dos povos aborígenes e sua contínua marginalização através do colonialismo em andamento" Berg oferece um ponto de vista importante para considerar a "violência" da arqueologia. O despojamento e seu subproduto, o deslocamento, são fundamentais para o segundo componente de nosso modelo da arqueologia. A crítica de Laurajane Smith (2004:11) ao CRM sugere que a prática surgiu da necessidade de "ajudar a governar uma série de problemas sociais", especialmente os colocados pelos povos indígenas em contextos coloniais, como Austrália e Canadá. Como Smith (2004:11) destacou:

"Todo o processo do CRM que enfatiza a aplicação técnica do conhecimento e do saber especializado, trabalha com eficácia para despolitizar os debates mais amplos sobre a legitimidade das reivindicações culturais e sociais sobre o passado (...). Isto faz que o "patrimônio" e as reivindicações que se fazem sobre ele sejam mais facilmente "governáveis". A governabilidade do patrimônio facilita a despolitização das reivindicações indígenas sobre a identidade cultural. Isto tem consequências importantes para os povos indígenas".

A arqueologia opera como uma tecnologia de governo, produzindo e mobilizando conhecimento em apoio dos interesses do Estado, econômicos e de outro tipo. Esta ideia está bem estabelecida: como Don Fowler (1987:241),

presidente da *Society for American Archaeology* entre 1988 e 1991, destacou há décadas as "interpretações ou usos do passado raras vezes têm valor neutro":

"Em vários Estados nacionais, em distintos momentos, alguns arqueólogos analisaram e interpretaram o passado para adaptar-se a suas exigências ideológicas. Este é um extremo do espectro. O outro é a aceitação implícita e, portanto, inquestionável de princípios e valores ideológicos a partir de dentro da cultura do arqueólogo e como influem no seu uso do passado".

Historicamente, a preocupação era sobre como funcionava "a serviço do Estado" a interpretação do passado feita pelos arqueólogos acadêmicos. Porém, Fowler e outros (TRIGGER, 1989) não abordaram a arqueologia em sua versão de contrato ou comercial. Esta omissão é crítica porque a arqueologia acadêmica (teórica) e a arqueologia de contrato (prática) são as duas metades de um todo, filosófica e institucionalmente. Por isto os arqueólogos acadêmicos não podem desvincular-se da arqueologia de contrato.

Os estudiosos do gerenciamento de recursos pensam que as instituições burocráticas contêm as "sementes do fracasso" (ACHESON, 2006:124; ver KING, 2009). A socióloga Sylvia Hale (1990:518-519) descreve um importante defeito de base:

"A lealdade dos funcionários não está com o público ou os eleitores, mas com a burocracia. Sua vocação é servir suas funções oficiais (...). Aqueles que trabalham na burocracia estão ainda mais rigidamente sujeitos a suas regulamentações. Funcionam como engrenagens na máquina. O requisito principal de sua posição é a adesão incondicional aos regulamentos escritos dentro de suas áreas de jurisdição, estreitamente definidas. Sua individualidade não tem lugar dentro de um sistema desse tipo, pois alteraria a ordem calculada".

Os arqueólogos que operam neste sistema — chamados "arqueoburocratas" por Joshua Dent (2012) — "são pagos para avaliar projetos, solicitar autorizações, fazer trabalho de campo, escrever relatórios e, de fato, 'gerenciar' recursos" (LYONS *et al.*, 2012:8). A crítica deste sistema é desalentadora, implicitamente, pela afiliação com esta comunidade imaginada, por compartilhar suas crenças e por derivar identidade dela. De fato, como demonstram as respostas mencionadas anteriormente, os arqueoburocratas *sentem* que não têm nenhum controle sobre o sistema, porém o reproduzem todos os dias.

Por esta razão a arqueologia de contrato representa uma forma muito poderosa (e muito perigosa) de arte de governar, racionalizada e justificada pela academia e levada a cabo e reforçada pela indústria. Como forma de capitalismo do desastre que opera de acordo com interesses neoliberais, o impacto deste projeto é significativo.

ARQUEOLOGIA COMO VIOLÊNCIA

Nas últimas etapas de uma luta épica a nível mundial as forças do desenvolvimento econômico Ocidental estão assaltando aos povos indígenas sobreviventes do planeta, cuja presença obstrui seu progresso.

Mander (1991)

Os arqueólogos criaram um mundo de ideias que serve para sustentar seu poder e seus privilégios, prejudicar os interesses dos povos indígenas e contribuir ao atual genocídio cultural dos nativos americanos.

Custer (2005)

Existe um valor de mercado para a limpeza étnica e o dano ambiental?

Tommasino *et al.* (apud FUNARI, 2001).

O racionalismo neoliberal está vinculado com a pobreza, a desigualdade e a violência (SPRINGER, 2011; GIROUX, 2014). Os resultados do neoliberalismo estão ao nosso redor, observa Henry Giroux, "desde a devastação ecológica e o empobrecimento econômico generalizado até o crescente encarceramento de grandes segmentos da população marginalizada por raça e classe" (POLYCHRONIOU, 2013). O neoliberalismo, que Giroux chama a "última etapa do capitalismo depredador", é um projeto político e econômico que constitui uma ideologia, uma forma de governo, uma política e uma forma de pedagogia pública (POLYCHRONIOU, 2013). Ao reconhecer que a violência estrutural do neoliberalismo está em todas as partes, as "experiências 'locais' de violência que ocorrem, aparentemente, de forma isolada da matriz de espaço mais ampla estão, de fato, vinculadas ao 'global', o que faz da violência algo 'cotidiano'" (SPRINGER, 2011:95).

A arqueologia como arte de governo neoliberal é propensa à violência. Dentro dos processos do colonialismo e do capitalismo, a arqueologia como tecnologia de governo opera para "desocupar" as paisagens patrimoniais indígenas (BLASER *et al.*, 2004; SMITH, 2008) e abrir seus recursos para a extração e o desenvolvimento. Em troca do acesso, as comunidades indígenas são aplacadas com "migalhas culturais" (GNECCO, 2012) como relatórios, vídeos, folhetos escolares ou museus locais e, inclusive, às vezes com o "privilégio" de poder participar no "gerenciamento" de seu próprio patrimônio. Os arqueólogos beneficiam-se, diretamente, deste desastre — a força impulsionadora por trás da criação da profissão, em primeiro lugar — e o resultado é a perda do patrimônio natural e cultural (FOSTER *et al.*, 2010).

Nosso objetivo não é "averiguar" que o neoliberalismo (ou o capitalismo) é violento, nem que a arqueologia, como consequência de ser uma arte de governo neoliberal, também é inerentemente violenta. Isto já foi feito em uma variedade de contextos a nível local, nacional e global. Nossa preocupação é que a

arqueologia — e, portanto, os arqueólogos — seguem "esquecendo" este legado contínuo de violência.

A violência arqueológica se manifesta no que Bruce Alexander (2008) chamou "deslocamento" e Glenn Albrecht (2005) "solastalgia". Alexander trabalhou em um bairro pobre com uma alta população indígena em Vancouver, Colúmbia Britânica, e demonstrou que as políticas neoliberais deslocam os indígenas de seu passado e de seu presente, o que em geral resulta em vício, falta de habitação e violência. Albrecht (2005) utilizou termo solastalgia para caracterizar a aflição causada pelo deslocamento do local de origem ou pela mudança drástica do ambiente usual, incluindo dor, perda e incapacidade de obter consolo no presente, o que produz graves problemas de saúde, físicos e mentais. Esta condição é frequente nas comunidades indígenas que estão fortemente conectadas com o "campo". Em seu estudo da relação entre solastalgia e a arqueologia de contrato na Austrália colonial Mary-Jean Sutton *et al.* (2013:7-8) descreveram "o apego indígena ao entorno como uma conexão espiritual íntima; os impactos da mineração de carvão, portanto, não só destruíram esse entorno, senão que danificaram, irremediavelmente, as conexões das pessoas com o meio".

A destruição do patrimônio indígena não só está diretamente implicada em "ecocídio", mas também em etnocídio e genocídio. No entanto, o problema na identificação da solastalgia no contexto da destruição do patrimônio é que é um processo "lento" e, portanto, difícil de observar (NIXON, 2011a). Como assinalou Rob Nixon (2011b) a violência lenta "não é nem espetacular, nem instantânea, mas gradual; suas repercussões calamitosas adiam-se por anos ou décadas ou séculos". A arqueologia é uma violência lenta, pois a perda das paisagens patrimoniais é gradual e raramente de interesse jornalístico. A arqueologia, como instrumento do Estado, está presa com o processo lento, porém constante, da colonização.

Dentro da arqueologia esta violência é vista como uma externalidade — como algo "fora" da instituição. Por isto está fora de "nosso controle" e é parte da estrutura dentro da qual operam os arqueólogos. Isto é o que Hutchings (2013a) chamou isolamento (*siloing*), processo pelo qual os arqueólogos vêm os problemas "de forma isolada, não percebendo o quadro completo" (HOMER-DIXON, 2006:17). Assim torna-se invisível o papel dos arqueoburocratas na reprodução das estruturas: é no cotidiano e na banalidade de simplesmente fazer o trabalho esperado (ARENDDT, 1963) que essa estrutura se sedimenta e a violência lenta se desenvolve.

CONCLUSÃO: A ARQUEOLOGIA E A BANALIDADE DO MAL

O mais perigoso da violência é sua racionalidade. A violência mesma é terrível, sem dúvida. Porém, a raiz mais profunda da violência e sua permanência provêm da forma de racionalidade que usamos.

Foucault (1996)

A triste verdade é que a maior parte do mal é feita por gente que nunca decidiu ser boa ou má.

Arendt (1978)

Desvelar a arqueologia é compreender sua racionalidade: uma amnésia institucional sobre sua prática cotidiana como arqueologia comercial ou de contrato. Sugerimos que a energia ou inércia da arqueologia como forma de capitalismo do desastre deriva-se, principalmente (> 97%), da acumulação por despojamento ou violência neoliberal. Na América do Norte (Canadá e Estados Unidos) essa violência dirige-se, quase em sua totalidade, para os povos indígenas e seu patrimônio, o que reflete um componente racial evidente, porém raras vezes discutido, da arqueologia de contrato em contextos coloniais.

Atualmente a arqueologia é um projeto de um bilhão de dólares na América do Norte. Por isso propomos adotar o termo "indústria do patrimônio" para ressaltar o caráter corporativo e a escala industrial da instituição arqueologia/CRM. A arqueologia, como arte de governo moderno tardio, é capitalismo do desastre por excelência e se caracteriza por gestores especializados (arqueoburocratas) que "despejam" o patrimônio indígena da paisagem, permitindo o desenvolvimento econômico. Isto se consegue mediante a conversão das paisagens do patrimônio cultural em sítios arqueológicos e depois, quando o desenvolvimento vier a ocorrer, mediante a conversão dos sítios arqueológicos em caixas e relatórios.

Os arqueólogos consideram racional a destruição do patrimônio indígena porque os atos de violência estão cobertos pelo véu sacrossanto da ciência e da neutralidade científica. Desta maneira, o papel dos acadêmicos na violência da arqueologia estende-se muito mais além do fato de que disciplinam aos arqueólogos profissionais no conjunto de habilidades do contrato. Em sua doutrina e em seu silêncio, os arqueólogos acadêmicos legitimam a arqueologia de contrato e validam os discursos "autorizados" e "oficiais" sobre o patrimônio que emanam de e (re)produzem a ideologia do capitalismo.

Ver a arqueologia como violência tem consequências importantes para a profissão. Em 2013 a WAC aprova a seguinte resolução: "Não é ético que os arqueólogos profissionais e as instituições acadêmicas desenvolvam trabalho arqueológico profissional e escavações em áreas ocupadas pela força". Nos lugares colonizados ou ocupados como a Colúmbia Britânica esta resolução apresenta um dilema aparentemente insolúvel para os praticantes disciplinares, acadêmicos e de contrato.

Terminamos com uma previsão e um novo ponto de partida. Predizemos que as afirmações que fizemos neste artigo serão pouco ou nada questionadas. Desde já, não acreditamos que ninguém "refutará o ponto central" de que a arqueologia é uma arte de governo neoliberal e/ou capitalismo do desastre. A razão, em parte, deve-se a que realmente comprometer-se com o problema significa "comprometer-se de maneira explícita" com os temas em questão. Outra razão, totalmente relacionada com a primeira, é que dizer a verdade é uma tarefa extraordinariamente difícil, sem dúvida para o indivíduo e, mais ainda, para toda uma cultura. Este reconhecimento constitui nosso novo ponto de partida, um desafio estabelecido por Ian Angus (2013): "O primeiro passo é contar a verdade — sobre o perigo que enfrentamos, sobre suas causas e sobre as medidas que deve se adotar para fazer retroceder a ameaça. Em uma época de engano universal, dizer a verdade é um ato revolucionário".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHESON, J., 2006. Institutional failure in resource management. *Annual Review of Anthropology* 35:117-134.
- ALEXANDER, B., 2008. *The globalization of addiction: a study in poverty of the spirit*. Oxford University Press, New York.
- ALBRECHT, G., 2005. Solastalgia, a new concept in human health and identity. *Philosophy Activism Nature* 3:41-44.
- ACRA (American Cultural Resources Association), 2013. *The cultural resources management industry: providing critical support for building our nation's infrastructure through expertise in historic preservation*. <http://acra-crm.org/associations/9221/files/ACRA%20Handout%20FINAL-revis4.pdf>
- ANDERSON, B., 2006 [1983]. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso, London.
- ANGUS, I., 2013. The myth of "environmental catastrophism." *Monthly Review* 65(4). <http://monthlyreview.org/2013/09/01/myth-environmental-catastrophism>
- ARENDT, H., 1963. *Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil*. Penguin, New York.
- ARNOLD, B., 2014. Erasure of the past. In: *Encyclopedia of global archaeology*, editado por Claire Smith, pp 519-520. Springer, New York.
- BERG, L., 2011. Banal naming, neoliberalism, and landscapes of dispossession. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies* 10(1):13-22.
- BLASER, M.; FEIT, H.; MCRAE, G. (orgs.), 2004. *In the way of development: Indigenous peoples, life projects and globalization*. Zed Books-International Development Research Center, London.
- BODLEY, J., 2008. *Victims of progress*. AltaMira, Lanham.
- BORDEN, C., 1950. *Carta enviada a Harry B. Hawthorn*, novembro 10. Royal British Columbia Museum, Victoria.
- CARLSON, R., 1979. C. E. Borden's archaeological legacy. *BC Studies* 42:3-12.
- CUSTER, J. F., 2005. Ethics and the hyperreality of the archaeological thought world. *North American Archaeologist* 26(1):3-27.

- DENT, J., 2012. *Past tents: temporal themes and patterns of provincial archaeological governance in British Columbia and Ontario*. Dissertação de mestrado, Department of Anthropology, University of Western Ontario. <http://ir.lib.uwo.ca/etd/717/>
- DOYLE, A., 2013. Pre-Viking tunic found by glacier as warming aids archaeology. *Reuters* 21 March 2013. <http://uk.reuters.com/article/2013/03/21/us-climate-archaeology-idUKBRE92K0V320130321>
- FLATMAN, J., 2007. The origins and ethics of maritime archaeology, part II. *Public Archaeology* 6(3):163-176.
- FLATMAN, J., 2012. What the walrus and the carpenter did not talk about: maritime archaeology and the near future of energy. In: *Archaeology in society: its relevance in the modern world*, editado por Marcy Rockman e Joe Flatman, pp 167-192. Springer, New York.
- FLEMMING, N. (org.), 2004. Submarine prehistoric archaeology of the North Sea: research priorities and collaboration with industry. *CBA Research Report* 141. English Heritage/Council for British Archaeology, Bootham.
- FOSTER, J.; CLARK, B.; YORK, R., 2010. The ecological rift: *capitalism's war on the earth*. *Monthly Review Press, New York*.
- FOUCAULT, M., 1996. *Foucault live: collected interviews, 1961-1984*. Semiotext(e), New York.
- FOWLER, D., 1987. Uses of the past: archaeology in the service of the state. *American Antiquity* 52(2):229-248.
- FUNARI, P. P., 2001. Public archaeology from a Latin American perspective. *Public Archaeology* 1(4):239-243.
- GIROUX, H., 2014. *The violence of organized forgetting: thinking beyond America's disimagination machine*. City Lights, San Francisco.
- GNECCO, C., 2012. Europe and the people without archaeology. In: *European archaeology abroad: global settings, comparative perspectives*, editado por Sjoerd van der Linde, Monique van de Dries, Nathan Schlanger e Corijanne Slappendeland, pp 387-399. Sidestone Press, Leiden.
- GNECCO, C.; DIAS, A. D., 2013. *Anuncio del Inter-Congreso del WAC "Disentangling contract archaeology"*. <https://www.facebook.com/wacscprofile/posts/436963356389704>
- GRAHAM, P., 2008. *How to disagree*. <http://www.paulgraham.com/disagree.html>
- HALE, S , 1990. *Controversies in sociology: a Canadian introduction*. Copp Clark Pitman, Mississauga.
- HAMILAKIS, Y.; DUKE, P. (org.), 2007. *Archaeology and capitalism: from ethics to politics*. Left Coast Press, Walnut Creek.
- HARVEY, D., 2003. *The new imperialism*. Oxford University Press, New York.
- HOBSBAWM, E., 1992. Inventing traditions. In: *The invention of tradition*, editado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, pp 1-14. Cambridge University Press, Cambridge.
- HOMER-DIXON, T. 2006. *The upside of down: catastrophe, creativity, and the renewal of civilization*. Vintage Canada, Toronto.
- HUTCHINGS, R., 2013. "Hard times bring hard questions". Is archaeology pro-development? Is it classist? Colonialist? Imperialist? Racist? Comunicação apresentada no *Congresso da Canadian Archaeological Association*, Whistler, BC, 15-19. <http://ubc.academia.edu/RichardHutchings>
- HUTCHINGS, R.; LA SALLE, M. 2013. *Five thoughts on commercial archaeology*. http://www.academia.edu/3373567/Five_Thoughts_on_Commercial_Archaeology, 28April 2013
- HUTCHINGS, R.; LA SALLE, M., 2014. Teaching anti-colonial archaeology. *Archaeologies* 10(1):27-69.

- KAHAN, D.; JENKINS-SMITH, H.; BRAMAN, D., 2011. Cultural cognition of scientific consensus. *Journal of Risk Research* 14(2):147-174.
- KING, T. 2009. *Our unprotected heritage: whitewashing the destruction of our cultural and natural environment*. Left Coast Press, Walnut Creek.
- KLEIN, N., 2007. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. Henry Holt and Company, New York.
- LA SALLE, M., 2010. Community collaboration and other good intentions. *Archaeologies* 6(3):401-422.
- LA SALLE, M., 2014. The trouble with “co-.” *Institute for Critical Heritage and Tourism Bulletin* 2014-2.
- LA SALLE, M., HUTCHINGS, R. 2012. Commercial archaeology in British Columbia. *The Midden* 44(2):8-16.
- LYONS, N.; CAMERON, I.; HOFFMANN, T.; MILLER, D. 2012. Many shades of grey: dispelling some myths about the nature and status of CRM in British Columbia, a response to La Salle and Hutchings. *The Midden* 44(3/4):6-8.
- MANDER, J. 1991. *In the absence of the sacred: the failure of technology and the survival of the Indian nations*. Sierra Club Books, San Francisco.
- MANDER, J.; TAULI-CORPUZ, V. (orgs.), 2006. *Paradigm wars: Indigenous peoples' resistance to globalization*. Sierra Club Books, San Francisco.
- MARX, K. 1976 [1867]. *Capital*. A critique of political economy. Tomo 1. Vintage Books, New York.
- MATSON, R. G.; COUPLAND, G. 1995. *The prehistory of the Northwest Coast*. Academic Press, San Diego.
- MCNIVEN, I.; RUSSELL, L. 2009. *Appropriated pasts: Indigenous peoples and the colonial culture of archaeology*. AltaMira Press, Lanham.
- MUCKLE, R. 2013a. Perceived conflicts in archaeology-for-profit. *Anthropology News*, junho. <http://www.anthropology-news.org/index.php/2013/09/30/perceived-conflicts-in-archaeology-for-profit/>
- MUCKLE, R., 2013b. Reflecting on collaborative archaeology with Indigenous peoples. *Anthropology News*, maio. <http://www.anthropology-news.org/index.php/2013/05/30/reflecting-on-collaborative-archaeology-with-indigenous-peoples/>
- NIXON, R. 2011a. *Slow violence and the environmentalism of the poor*. Harvard University Press, Harvard.
- NIXON, R. 2011b. Slow violence: literary and postcolonial studies have ignored the environmentalism that often only the poor can see. *The Chronicle of Higher Education* 2, junho. <http://chronicle.com/article/Slow-Violence/127968/>
- OLIVIER, L., 2013. The business of archaeology is the present. In: *Reclaiming archaeology: beyond the tropes of modernity*, editado por Alfredo González-Ruibal, pp 117-129. Routledge, London.
- POLYCHRONIOU, C. 2013. Neoliberalism and the politics of higher education: an interview with Henry A. Giroux. *Truthout*, março 26. <http://truth-out.org/news/item/15237-predatory-capitalism-and-the-attack-on-higher-education-an-interview-with-henry-a-giroux>
- ROCKET, 2008. *A triangular graphic representing a "hierarchy of disagreement"*. http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a7/Graham%27s_Hierarchy_of_Disagreement1.svg
- RUSSELL, B. 1930. *The conquest of happiness*. George Allen & Unwin, London.
- SAMPECK, K. 2014. From ancient altepetl to modern municipios: surveying as power in colonial Guatemala. *International Journal of Historical Archaeology* 18(1):175-203.

- SCHULDENREIN, J. 2013. The growth, and influence of the oil and gas industry on contemporary archaeology. *Voice of America*, 13 de fevereiro. <http://www.voiceamerica.com/episode/67438/the-growth-and-influence-of-the-oil-and-gas-industry-on-contemporary-archaeology>
- SHANKS, M.; TILLEY, C., 1987. *Re-constructing archaeology: theory and practice*. Cambridge University Press, Cambridge.
- SMITH, A. 2008. Landscapes of clearance: archaeological and anthropological perspectives. In: *Landscapes of clearance*, editado por Angele Smith e Amy Gazin-Schwartz, pp 13-24. Left Coast Press, Walnut Creek.
- SMITH, L., 2004. *Archaeological theory and the politics of cultural heritage*. Routledge, London.
- SPRINGER, S. 2010. Neoliberalism and geography: expansions, variegations, formations. *Geography Compass* 4(8):1025-1038.
- SPRINGER, S., 2011. Violence sits in places? Cultural practice, neoliberal rationalism, and virulent imaginative geographies. *Political Geography* 30:90-98.
- SUTTON, M. J.; HUNTLEY, J.; ANDERSON, B., 2013. "All our sites are of high significance": reflections from recent work in the Hunter Valley. Archaeological and Indigenous perspectives. *Journal of the Australian Association of Consulting Archaeologists* 1:1-15.
- TRIGGER, B., 1989. *A history of archaeological thought*. Cambridge University Press, Cambridge.
- WEST, R., 1995. *Saving and naming the garbage: Charles E. Borden and the making of B.C. Prehistory*. Dissertação de mestrado, Department of History, University of British Columbia, Vancouver.
- WORLD ARCHAEOLOGICAL CONGRESS (WAC). 2013., *Newsletter 42*, dezembro. <http://www.worldarchaeologicalcongress.org/component/content/article/67-headlines/614-wac-december-2013-enewsletter-volume-42>
- YELLOWHORN, E., 2013. Whither the Heritage Conservation Act: Renewal or Funeral? Sessão plenária, *Congresso da Associação Arqueológica do Canadá*, Whistler. <http://canadianarchaeology.com/caa/sites/default/files/page/Whistler2013Programme-may-3.pdf>